



O INTEGRALISMO E AS ELEIÇÕES NO PARANÁ NA DÉCADA DE 1930

THE BRAZILIAN INTEGRALISM AND THE ELECTIONS IN PARANÁ IN THE DECADE OF 1930

ATHAÍDES, Rafael¹

<https://orcid.org/0000-0003-3647-0509>

RESUMO: A partir da descoberta de fontes da Justiça Eleitoral e de dados veiculados em periódicos, o presente artigo tem por objetivo discutir o contexto e os resultados eleitorais da Ação Integralista Brasileira no Estado do Paraná, na década de 1930. Discute-se a participação da AIB no pleito da Constituinte estadual de 1934 e súbito sucesso eleitoral nas eleições municipais de 1935. Tal sucesso, que resultou na eleição de vereadores em várias Câmaras e um prefeito, mostrou que a AIB despontou como segunda força política do Estado, ao menos nas grandes cidades.

PALAVRAS-CHAVE: Integralismo; Eleições; Estado do Paraná.

ABSTRACT: Based on the discovery of sources of Electoral Justice and data published in periodicals, this article aims to discuss the context and the electoral results of the Brazilian Integralist Action in the State of Paraná, in the 1930s. The text discusses the participation of the party in the elections for the state Constituent (1934) and the sudden electoral success in the municipal elections of 1935. Such success, which resulted in the election of councilors in several Chambers and a mayor, showed that the AIB emerged as the second political force of the State, at least in the big cities.

KEYWORDS: Integralism; Elections; State of Paraná.

1 Professor de História Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. E-mail: rafael.athaides@ufms.br.

Seguindo uma prática política comum entre os fascismos, o Integralismo, embora repudiasse a democracia eleitoral, entrou no jogo político-partidário brasileiro, na década de 1930, com finalidade ideológica declarada. Nas palavras de um jornal integralista: “A Liberal-Democracia é um regime tão falho, que nos dá a arma, com que havemos de liquidá-la: o voto!” (A RAZÃO, 6 set. 1935: 2)². Nos fascismos, o partido político, em geral, é visto como um aparato dentro do movimento maior, por meio do qual se aceita as regras do sufrágio, por ver nelas a própria possibilidade de destruição do sistema. O voto secreto e universal era entendido pelos fascistas como uma “técnica de desapaixonar” o eleitor, afastando-o da coletividade política e da energização das massas que queriam promover (ANSART, 2004: 27).

A despeito desse interesse maior – de jogar a democracia contra ela mesma – as eleições ganharam outro propósito mais imediato para o movimento de Plínio Salgado: demonstrar força política, tanto no plano local e regional, quanto nacionalmente. Muito embora essa faceta ainda não aparecesse em seus primeiros estatutos (datados de 1932), em abril de 1933, a AIB já havia requerido e conquistado um registro no Tribunal Superior da Justiça Eleitoral, para concorrer, naquele ano, às vagas da Constituinte Nacional. Era o estágio embrionário da metamorfose do movimento em partido político. Os primeiros resultados foram parcos: com 4 candidatos, os integralistas conseguiram apenas 2000 votos (CARONE, 1976: 209); no ano seguinte, elegeram somente o engenheiro João Carlos Fairbanks, como Deputado da Constituinte paulista, com 8935 votos (DOTTA, 2010).

Somente quando o Integralismo assumiu abertamente seu papel de partido político, em 1935, é que os principais resultados nas urnas apareceram. Assim, o ano de 1935 representou para o movimento o início de um enraizamento no sistema político brasileiro, a partir da abertura à concorrência no jogo político liberal-democrático e a suavização de parcelas do discurso e da militância radicais. O II Congresso Integralista, realizado na cidade de Petrópolis (7 a 9 de março de 1935), determinou oficialmente a transformação da AIB em partido político, além de “centro de estudos e de educação, moral, physica e civica” (MONITOR INTEGRALISTA, 7 mai. 1935: 1)³. Com tal atitude, a Ação Integralista se

2 O hebdomadário A Razão é a principal fonte utilizada na pesquisa que resultou no presente artigo. Autointitulado “Órgão de Doutrina e Propaganda da AIB”, ele foi publicado entre maio e novembro de 1935 na cidade de Curitiba, Paraná. Seus redatores e editores pertenciam às jovens elites partidárias da AIB no Estado.

3 O hebdomadário A Razão é a principal fonte utilizada na pesquisa que resultou no presente artigo. Autointitulado “Órgão de Doutrina e Propaganda da AIB”, ele foi publicado entre maio e novembro de 1935 na cidade de Curitiba, Paraná. Seus redatores e editores pertenciam às jovens elites partidárias da AIB no Estado.

mostrou mais parecida com os outros partidos, o que propiciou abertura ao eleitorado médio do país. Como veremos neste artigo, as eleições municipais no Paraná, em 1935, foram a primeira amostra disso.

A chamada Província do Paraná, seção estadual da Ação Integralista Brasileira, foi um dos maiores segmentos estaduais do fascismo brasileiro na década de 1930. Fundada em 1934, dois anos após o surgimento do movimento maior, a Província chegou a congregiar algo em torno de quarenta mil filiados, divididos em núcleos municipais espalhados por todo o Paraná habitado da época. Este artigo objetiva analisar os processos eleitorais nos quais o movimento local participou, a partir dos dados disponíveis, buscando demonstrar o quanto foi profícua a investida do movimento no cenário eleitoral paranaense, no início do processo de popularização da AIB no plano nacional.

OS DADOS ELEITORAIS E AS LACUNAS

Para estabelecermos a dimensão do enraizamento político da AIB no Paraná, uma análise do fenômeno eleitoral em seu conjunto ainda se faz imperativa. Seguramente, um estudo completo de qualquer participação eleitoral partidária requereria a análise minuciosa do perfil dos candidatos, das campanhas, dos resultados, das diferenciações socioprofissionais do eleitorado, além da comparação desses dados com os comportamentos eleitorais regionais.

Nesse sentido, várias questões nos foram postas mediante um primeiro contato com resultados de pleitos disputados pela AIB no Paraná, publicados pelos jornais do próprio movimento; a título de exemplo: tendo em vista o catolicismo dos camisas-verdes, a religião teria influenciado determinados eleitores a escolherem, em seus municípios, vereadores e prefeitos integralistas? Quais as relações entre as clivagens étnicas, sociais, culturais e o 'voto verde' em âmbito estadual? A maioria das questões desse tipo só poderia ser respondida mediante um estudo minucioso da distribuição dos votos, através de um mapeamento geo-eleitoral. Entretanto, os dados disponíveis são fragmentários e, muitos, de natureza externa às fontes eleitorais propriamente ditas; pouco ou nada nos permitem saber ou mesmo imaginar o que se passava na mente dos que escolheram o Integralismo quando foram às urnas – sobretudo, dos não militantes. Infelizmente, em virtude do tipo específico de documentação disponível sobre as eleições paranaenses nos anos 1930, tal estudo completo ainda não pode ser feito.

Assim, o que aqui apresentamos, além dos próprios dados (sem dúvida inéditos) são análises baseadas em informações eleitorais pouco específicas (em geral, de âmbito

municipal). Evidentemente, arriscamos colocar tais conjeturas à prova do tempo e das futuras pesquisas e, quiçá, do aparecimento, em algum porão, dos mapas eleitorais do Estado do Paraná daquele período.

O acesso à documentação sobre as eleições paranaenses da década de 1930 está no cerne do problema. No território do Estado, essas fontes simplesmente não estão presentes, de acordo com as informações das autoridades competentes. O Tribunal Regional Eleitoral e o Arquivo Público do Paraná não possuem nenhum dado sobre o que ocorreu na primeira fase da justiça eleitoral, de 1932 a 1937. Em Brasília, o Tribunal Superior Eleitoral possui apenas os resultados das eleições para a Assembleia Estadual Constituinte de 1935, na coletânea dos Boletins Eleitorais. Essa fonte não traz o detalhamento geográfico do voto por partido, apenas da eleição em sentido amplo. Não sabemos, por exemplo, em quais bairros, municípios ou regiões os candidatos integralistas receberam mais votos.

Com isso, não temos dados oficiais sobre as eleições municipais paranaenses, o que dificulta o mapeamento dos pleitos, que só foram unificados para todas as cidades do Paraná a partir das eleições municipais de 1972. Antes, estas eram realizadas sempre no ano da criação do município ou ano seguinte e, subsequentemente, a cada quatro anos. Desta forma, antes de 1972, o Paraná teve eleições municipais em praticamente todos os anos, em uma ou outra cidade. Nossa fonte para o estudo dos resultados eleitorais municipais da AIB no Paraná, portanto, foram os periódicos do próprio Movimento e os jornais de época, de circulação geral.

1934: O ENSAIO DA CONSTITUINTE

Em meados de 1934, Plínio Salgado emitiu uma diretiva a todos os Chefes Provinciais do Integralismo determinando que a AIB tomasse parte nas eleições para as Constituintes Estaduais e para a Câmara Federal. No Paraná, a votação para a Constituinte Estadual ocorreu em outubro de 1934. De um total de 64.208 votantes inscritos, contabilizaram-se 46.515 votos válidos, distribuídos entre as 10 legendas participantes (BOLETIM ELEITORAL/TSE, Jan.-Abr. 1935: 611 e 612). As três principais, o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Social Nacionalista e a União Republicana Paranaense (URP) atingiram o quociente e elegeram, respectivamente, 20, 5 e 5 deputados.

O PSD foi fundado pelo Interventor Federal Manoel Ribas para concorrer às eleições de 1934 – no contexto da constitucionalização do país – e representava, *grosso modo*, o suporte ao getulismo no Estado (ATHAÍDES; PEREIRA, 2017). O PSN era a maior oposição partidária local ao PSD, aglomerava revolucionários dissidentes do movimento

de 1930 ao redor do Major Plínio Tourinho (ex-líder da “Revolução” no Paraná); em geral, o partido era contrário às posições de Vargas e seu Interventor local. Já a URP, reunia políticos ligados à Primeira República e ao extinto PRP (Partido Republicano Paranaense), alijado do poder estadual após 1930. Além dessas três legendas e da Ação Integralista, as demais que concorreram à Constituinte Estadual foram: Partido Pró-Estado Leigo, Partido Concentração Trabalhista, Partido Consolidação Cívica, Partido Reivindicador Proletário, Partido Universitários Independentes (BOLETIM ELEITORAL/TSE, Jan.-Abr. 1935: 611 e 612).

À época, a Província do Paraná ainda contava com poucos adeptos (cerca de 2000) e um número ainda menor de qualificados ao voto, exatamente 278 membros (A RAZÃO, 23 jul. 1935: 3). Os números se mostraram insuficientes para atingir o quociente eleitoral, que era de 1.550 votos. O resultado: a AIB só ficou à frente do partido Universitários Independentes, um grupelho de 6 candidatos, que recebeu ao todo 35 votos⁴. Contudo, a distância entre os camisas-verdes e os últimos colocados era gritante, já que a AIB somou ao todo 7841 votos, distribuídos entre 15 candidatos (BOLETIM ELEITORAL/TSE, Jan.-Abr. 1935: 611 e 612).

Pelos perfis, os candidatos integralistas foram selecionados entre aqueles que melhor poderiam atrair votos, de dentro e de fora do movimento, quer por carisma, quer por outro capital político – como veremos para o caso das eleições de 1935, tratava-se de uma estratégia corriqueira. Infelizmente, não temos as informações necessárias, sob o suporte de mapas eleitorais, para sabermos em quais as regiões, cidades ou bairros os candidatos da Ação Integralista foram mais votados, em 1934.

Tabela 1: Resultados da AIB nas eleições para a Constituinte Estadual (outubro de 1934)

⁴ Curiosamente, entre os membros do grupelho estava um dos futuros carrascos do Integralismo: o Delegado de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS) durante o Estado Novo, “Dr.” Divonsir Borba Cortês.

Candidato	Nº de votos	Profissão	Cargo na Ação Integralista Brasileira
Francisco Flávio Fontana	649	Advogado	-
Antonio Cony Germano ⁵	595	Comerciário, empregado da Leão Júnior	Monitor ajudante de ordens do Chefe Provincial
Alvaro Junqueira Junior	593	Madeireiro	-
Felizardo Toscano de Brito	558	Jornalista (ex-Diretor do Diário dos Campos de Ponta Grossa)	Secretário Provincial de Organização Política
João Alves da Rocha Loures Sobrinho	544	Acadêmico de Direito da UPR	Chefe do Departamento Universitário
Hely Van Der Broock	537	Dentista	Secretário Provincial de Organização Política
Ernesto Canac ⁶	533	Engenheiro Civil	-
Caio Graccho Gaissler ⁷	531	Engenheiro Elétrico	-
Abdon Pacheco do Nascimento	530	Médico	Chefe Municipal de Antonina
Carlos Victor Breithaupt	519	Comerciante	-
Jorge Lacerda	516	Acadêmico de Medicina da UPR	Diretor do Periódico A Razão
Lothar With	511	Comerciante/fotógrafo	-
Rubens Klier de Assumpção	506	Diretor da Escola de Aprendizizes e Artificies	Diretor do Departamento Provincial de Cultura Artística
Luiz Pedro Bebiano Puppi	504	Comerciante	-
Ely Azambuja Germano	215	Dentista	Secretário Provincial do Departamento de Propaganda

Fonte: TSE, Boletim Eleitoral, Janeiro-Abril, 1935, p. 611 e 612 (as informações sobre profissão e cargo da AIB foram encontradas nos periódicos A Razão e A Offensiva).

Supondo que todos os filiados votaram nos candidatos da AIB, o resultado do pleito mostra que o Integralismo recebeu uma significativa votação oriunda de fora das suas

5 Em alguns periódicos, nos quais a AIB publicou a lista dos candidatos às Constituintes Federal e Estadual, constam os nomes de Francisco Flávio Fontana e Rubens Klier de Assumpção como candidatos também à Constituinte Federal (JORNAL DO BRASIL, 5 out. 1934: 10).

6 Trata-se de Ernesto Canac Filho (que, até 1914, assinava Ernesto Canac Guimarães), filho do banqueiro e político franco-brasileiro Ernesto Canac, falecido em Curitiba em 1920. O Canac pai fora Prefeito e Presidente da Câmara de Joinville/SC, Deputado Estadual Constituinte de 1891 e de 1895, e Deputado Estadual na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, no final do século XIX e início do século XX. Seu nome figura no rol de fundadores da Universidade do Paraná.

7 Caio Graccho de Souza Gaissler era engenheiro elétrico, formado pela Universidade de Illinois, em 1924. Era filho de Zelia Cunha Gaissler, Chefa do Departamento Feminino e uma das mulheres mais importante da AIB no Paraná.

fileiras: cerca de 7500 votos vieram de simpatizantes à causa e/ou aos candidatos. Isso não era insignificante para um partido com 3 meses de funcionamento.

1935: A FORÇA DA PROVÍNCIA

Um ano mais tarde, em junho de 1935, o hebdomadário militante *A Razão*, publicado em Curitiba, convocou os integralistas do Paraná para as eleições municipais, que ocorreriam em setembro. O teor da conclamação demonstra a forma instrumental com que a AIB tratava os processos eleitorais: “Aproximam-se as eleições [...]. Despedacemos com o proprio voto a Liberal Democracia!” (*A RAZÃO*, 28 jun. 1935: 1).

Na mesma edição, o jornal avisou sobre as datas-limite para qualificação e inscrição eleitorais. Alertou também aos eleitores sobre a obrigatoriedade do voto, a despeito da “ojeriza” [sic] que pudessem sentir em relação ao processo; veiculou-se inclusive o valor da multa por não comparecimento. O voto não facultativo, segundo a matéria, nada mais era do que o símbolo da “falta de interesse do povo brasileiro, por um regimen decadente e apodrecido” (*A RAZÃO*, 28 jun. 1935: 1). Evidentemente, a multa era bem-vinda até para aqueles que queriam se utilizar do sistema para destruí-lo.

Os inimigos eleitorais imediatos, sobretudo no interior do Estado, eram os candidatos dos ‘coronéis’, que cerravam fileiras em um ou outro partido com chances de fazer votos pelo quociente (PSD, URP e PSN); longe de terem se extinguido em 1930, os chefes locais ainda exerciam pesada influência sobre grupos populacionais nos sertões paranaenses. Como veremos, em Rio Negro, a força do ‘coronel-integralista’ pode ter contribuído para os resultados eleitorais positivos da AIB local.

Os camisas-verdes que se preparem. Muitos “coronéis” virão lhe pedir o voto... Tenhamos uma resposta á altura, prompta nos nossos labios. É com o proprio voto que arrazaremos este regimen, com seus “coroneis”, políticos profissionaes, partidinhos politicos, etc., e sobre estes escombros, levantaremos o Estado Integral e imporemos um novo rythmo de vida ao Brasil e á America do Sul! (*A RAZÃO*, 28 jun. 1935: 1).

Em todos os municípios onde haveria candidatos da AIB aos executivos ou às câmaras municipais, foram organizados serviços de qualificação eleitoral. Em Rio Negro, em virtude dos intimidantes números de filiados ao movimento⁸, esperava-se grande resultado

⁸ Os integralistas contabilizaram em Rio Negro, às vésperas das eleições municipais, 1.200 filiados com pelo menos 15 núcleos distritais instalados, o que colocava cidade como segundo maior núcleo integralista do Paraná (*A RAZÃO*, 5 ago. 1935: 4). À época, o município contava com pouco mais de 19.500 habitantes.

(não sem certo exagero):

Os partidos políticos estão inativos e estagnados; só os integralistas estão arregimentando e qualificando. Consta, como certo, que os políticos, convitos de que serão completamente derrotados nas urnas eleitorais, cogitam de conseguir um empréstimo com o Estado, para o Município, para que assim o Prefeito seja nomeado pelo Governador do Estado, de acordo com o que prescreve a Constituição, sobre o caso em apreço (A RAZÃO, 5 jul. 1935: 5).

Mediante a esperança da vitória em várias prefeituras – o que se mostrou mais concretamente em Santa Catarina no ano seguinte – o A Razão publicava constantemente artigos no intuito de ‘preparar o terreno’ para a inusitada situação:

Julgam os nossos adversarios que os futuros prefeitos integralistas, que faremos em todo o Brasil, terão a volúpia das oposições systematicas, aos governos estaduaes... Em primeiro lugar devemos dizer, que ao prefeito integralisto [sic], será indiferente, o nome da pessoa, que, no actual regime, dirige o Estado. Como póde ser o Joaquim, póde ser o Brederódes ou o Conegundes... É indiferente. Em segundo logar devemos acrescentar que o prefeito integralista, agirá de acordo com o governo, [nos] largos planos administrativos de real interesse publico. No entretanto, porem, devemos dizer, que o unico choque que poderá haver, entre os poderes muncipaes e estaduaes, é no terreno politico, onde o prefeito integralista não transigirá absolutamente, com nenhum governo, não obedecerá a nenhuma imposição politica vinda do alto, não se curvará deante de nenhum liberaloide, porque o prefeito integralista só tem um Chefe, que é Plinio Salgado [...] (A RAZÃO, 23 ago. 1935: 1).

A onda repressora contra o Integralismo, que cobriu Santa Catarina a partir de meados de 1935, parecia sugerir aos integralistas paranaenses algumas precauções. Destarte, os ataques aos partidos adversários durante a campanha eleitoral foram relativamente discretos no jornal A Razão. Somente em 23 de agosto, já nas proximidades do pleito, figurou uma matéria intitulada “Charada liberal-democrata, que serve para todos os partidos politicos situacionistas ou oposcionistas do Brasil”, que tentou mostrar a similitude ideológica entre os dois partidos adversários diretos da AIB no Paraná:

A – Eu sou pela liberal-democracia e pela Constituição.

B – Eu também.

A – Eu quero a Republica federativa e a autonomia dos Estados.

B – Eu também.

A – Não quero a intervenção do governo em matéria de economia.

B – Eu também.

A – Creio que no Brasil não existe questão social. O operario se compra com meia dúzia de leis sobre salario minimo.

B – Eu também.

A – Acho que o voto secreto salvou a Republica.

B – Eu também.

A – Eis por que sou do P.S.D...

B – E eu da U.R.P.

Só as idéas devem unir ou separar os homens, quando o ideal é o mesmo e os homens (2) se guerreiam é porque domina a lei do interesse (A RAZÃO, 23 ago. 1935: 4).

O PSN não aparece na crítica, possivelmente por se tratar de um partido deliberadamente oposicionista e liderado pelo respeitado Major Plínio Tourinho. Tourinho era considerado pelos camisas-verdes paranaenses, talvez erroneamente, como um simpatizante do movimento. Do ponto de vista ideológico, é fato, alguns elementos aproximavam os programas do PSN e da AIB, mas, nada que nos permita categorizar o partido de Tourinho próximo da órbita fascista. A despeito disso, em maio de 1935, os integralistas ‘arrancaram’ de Tourinho uma apreciação escrita sobre a AIB, por meio de seu consorte na Universidade do Paraná, o Chefe Provincial da AIB, Manoel Vieira de Alencar. Alencar enviou carta ao Major contendo uma introdução e três perguntas relacionadas a relação da AIB com a famigerada Lei de Segurança Nacional. Atencioso com o colega, Tourinho acabou respondendo com palavras positivas sobre Integralismo em algumas questões específicas: criticou a Liberal-democracia, defendeu o nacionalismo do movimento pliniano, entretanto, defendeu a irrestrita liberdade partidária, inclusive para os comunistas. Essa última assertiva pouco importou para os camisas-verdes, Tourinho logo entrou para a categoria de ‘simpatizante’. Depois disso, os integralistas se utilizaram insistentemente da carta de Tourinho, pois se tratava, na opinião do movimento, de uma voz “serena e desapaixonada de um homem [...] que diz o que sente” (A RAZÃO, 24 mai. 1935: 6).

Com candidatos em quase todas as cidades maiores, os atritos políticos pré-eleitorais envolvendo a AIB se espalharam pelo interior do Paraná. Em Londrina, por exemplo, o agrimensor e fazendeiro Hebert Gonçalves Palhano, coordenador integralista local, teve seu nome estampado, segundo o jornal camisa-verde, “na chapa de um partido político” da “moribunda Social Democracia” [sic], sem o seu consentimento. Palhano protestou contra o periódico que veiculou a notícia, cuja serventia fora, segundo o militante, apenas para “lançar confusão” em época eleitoral (A RAZÃO, 6 set. 1935: 3).

Ironicamente, os militantes fascistas da AIB fizeram forte campanha a favor da transparência nas eleições, com o intuito de evitar as tradicionais práticas fraudulentas da Primeira República. O jornal A Razão conclamou os camisas-verdes, na semana anterior ao pleito, a exercerem “sevéra vigilancia” contra os “crimes eleitoraes, contra quem quer que [desobedecesse] os imperativos da Lei”. De fato, se o voto era uma arma, o punhal não poderia estar enferrujado. Assim, trechos da legislação federal sobre a obrigatoriedade

do voto e as penas para coação de eleitores circularam na edição do dia 6 de setembro do mesmo jornal (A RAZÃO, 6 set. 1935: 5).

Não temos informações sobre todos os nomes de camisas-verdes que se lançaram à candidatura e campanha nos meses anteriores ao pleito (sobretudo acerca dos derrotados). Além de alguns poucos eleitos, temos apenas a informação de que, na cidade de Castro, João Toledo de Mascarenhas (Secretário de Propaganda da AIB local) saiu como candidato a Prefeito e foi derrotado (A RAZÃO, 17 set. 1935: 2). Da mesma ordem de dificuldade, qual seja, a ausência dos mapas eleitorais, são os próprios resultados de 12 de setembro. De qualquer forma, acompanhando os periódicos do movimento e de circulação geral (cuja cobertura às eleições também foi tímida), encontramos as primeiras parciais em 17 de setembro de 1935, publicadas no A Razão. Indubitavelmente, ainda transcorrendo a apuração, os números já se mostraram intimidantes aos partidos tradicionais: com 69,2% das sessões apuradas, o resultado dos votos por partido em Curitiba apresentava o PSD com 1950 votos, a AIB, com 1086 e o PSN, 801 votos.

Os resultados para Curitiba foram divulgados pelo A Razão em 20 de setembro e apresentaram pouca discrepância em relação aos primeiros números, no que concerne à margem de distância entre os partidos:

Tabela 2: Resultado por partido das eleições municipais em Curitiba (1935)

Partido	Votos
PSD	4412
AIB	2190
PSN	1620
Branco	141
Nulos	126

Fonte: tabela elaborada pelo próprio autor, a partir dos dados do jornal (A RAZÃO, 20 set. 1935:1).

Com exceção da 32ª seção, na qual a AIB venceu, e da 37ª, onde se verificou um empate em 104 votos, o Integralismo perdeu em todas as outras 39 seções eleitorais da Capital para o PSD. Quanto ao PSN, os camisas-verdes perderam somente em cinco seções. Elegeram-se pela Ação Integralista, para a Câmara Municipal de Curitiba, o General Raul Munhoz, cujo capital político não vinha da sua atuação na AIB⁹, o acadêmico de odontologia

9 O General Raul Munhoz nasceu em 1875, oriundo de uma família tradicional do meio político

Nelson Lins de Albuquerque e Luiz Machuca, um conhecido dirigente esportivo do Estado, oriundo do antigo Partido Republicano Paranaense (A OFFENSIVA, 30 nov. 1935: 8).¹⁰

Com efeito, os resultados para Curitiba foram reveladores de que a AIB ganhara fôlego eleitoral em pouco mais de um ano de existência, figurando agora como a segunda força eleitoral do Estado¹¹. Contudo, o problema do quadro partidário local que impedia os camisas-verdes de se aproximarem ameaçadoramente do PSD de Manoel Ribas era a existência de outra oposição ao regime vigente, anterior à AIB. Essa oposição já possuía certo reconhecimento por parte da população e dispunha dos atributos do capital político de seus líderes: o Partido Social Nacionalista, de Mário e Plínio Tourinho.

Como observou o historiador João Henrique Zanelatto, para o caso catarinense de 1936, a AIB obteve extraordinários resultados nas regiões em que o movimento soube cooptar o “novo potencial oposicionista” do estado, que se erigiu com “os desdobramentos da política regional no pós-1930” (2007: 72). Em outras palavras, os integralistas tiveram que se mostrar como uma oposição viável ao Governador Nereu Ramos, em regiões esquecidas ou massacradas pela política oficial (como era o caso de algumas regiões de colonização germânica).

No que concerne ao Paraná, a oposição às forças estabelecidas na Segunda República já começara a se constituir com a queda da interventoria do irmão de Plínio Tourinho, Mário Alves Monteiro Tourinho, primeiro Interventor do Paraná, após a vitória do golpe que levou Getúlio Vargas ao poder. Mário fora convidado pelos revolucionários locais para o cargo e, a partir de 5 de outubro de 1930, o militar conceituado e de vasta carreira,

paranaense. Foi comandante da Polícia (Força Pública), na Primeira República, da qual se demitiu por discordâncias com o Governo. Foi nomeado por Manoel Ribas para o Conselho Consultivo do Estado em janeiro de 1933, permanecendo no cargo até sua eleição para a Assembleia Nacional Constituinte pelo PSD, em maio de 1933. Não chegou a assumir o cargo de Constituinte, renunciando e abandonando o partido por entreveros com o Governador (Dagostin, 2011). A Cientista Política Maristela Dagostin afirma que, depois dessa renúncia, Munhoz “abandonou [...] a política em 1933” (2011: 193); não obstante, não há dúvidas de que o General, além de ingressar na AIB, foi eleito e seguiu seu mandato de vereador, até renunciar e abandonar o Integralismo provavelmente em 1937, quando repudiou os conchavos políticos de Plínio no período que antecedeu as eleições presidenciais.

10 Como suplentes, foram eleitos pela AIB: Bento Martins Azambuja, Pedro Cordeiro, Saturnido Miranda, Asdrubal Belegard, Presciliano Requião, Liguarú Espírito Santo, Miguel Karam, Alceu Saldanha Faria e João Batista Zagonel Passos (ANAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1937: 6).

11 Os discursos das lideranças da AIB, proferidos no Congresso Meridional das Províncias Integralistas em Blumenau (outubro de 1935), utilizaram-se dos resultados do Paraná para inflar as esperanças do partido em todas as eleições municipais que estariam por vir, especialmente as de Santa Catarina (A RAZÃO, 17 out. 1935: 3).

que sempre lutara ao lado das forças legalistas, passou a chefiar um Estado convulsionado pelo seu irmão. Numa tentativa desajustada de acomodar as forças locais e sem traquejos para lidar com a situação imposta pela “Revolução”, Tourinho enfrentou a oposição dos próprios revolucionários (sobretudo dos que não foram alocados em cargos no Governo, como queriam); ao mesmo tempo, atraiu a antipatia do Governo Federal por ser contrário um de seus projetos mais caros para o Paraná: a criação do Território do Iguaçu. Por fim, a dupla crise que acometia o Paraná (política e econômica) exigia ações mais enérgicas. Tourinho deu início ao saneamento econômico, mas a crise política o engoliu. O Governo Provisório, por incitação do tenente João Alberto (‘olheiro’ de Vargas no Paraná), temia que o descrédito do Interventor subisse até a esfera federal. Assim, Tourinho renunciou em 29 de dezembro de 1931, passando o poder provisoriamente a um político tradicional da Primeira República, João David Pernetta que, em 1932, o entregou a Manoel Ferreira Ribas. O “meio sangue”, Manoel Ribas (paranaense de nascimento e gaúcho de vivência), como o intitulou Luiz Carlos Tourinho (1991: 164), permaneceu à frente do executivo estadual de 1932 a 1945.

Nesse contexto, os irmãos Tourinho abraçaram a causa da oposição ao governo de Manoel Ribas em forma de um partido nacionalista, o Partido Social Nacionalista, formado por um quadro de revolucionários de 1930, convertidos em dissidentes. Como se pode observar pelo último nome da legenda, o PSN compartilhava com a AIB o caráter nacionalista, sem precisar dos componentes e da ritualística do fascismo que, sem muitas dúvidas, afastavam uma parte da população.

Portanto, desde 1932, era pública a crítica de Plínio Tourinho à queda de seu irmão e às diretrizes do governo Ribas. Essas últimas contribuíram certamente para a formação de um potencial oposicionista à interventoria ‘gaúcha’ de Manoel Ribas. Os dissidentes falavam abertamente no ‘gauchismo’ que havia tomado conta dos postos de governo durante a interventoria e, de fato, muitos dos que ascenderam a cargos nesse período eram gaúchos e haviam ficado de fora do arranjo feito por Mário Tourinho (sobretudo os militares). Como pudemos constatar pelas urnas, pelo menos na capital paranaense, parte desse potencial oposicionista foi cooptada pelo PSN; parte insuficiente, contudo, para alcançar a Ação Integralista Brasileira.

No interior do Estado, onde o PSN tinha menor entrada, a AIB se aproximou de forma ameaçadora e, em algumas localidades, ultrapassou o PSD, elegendo vereadores e um prefeito. Numa matéria intitulada “As razões, porque o Integralismo conquistou tantos votos no Paraná”, o A Razão apontou:

O povo já está cansado, dos partidos políticos, que promettem tudo e não realizam nada; que só surgem antes das eleições, para desaparecerem logo em seguida, porque o que lhes interessa, não é o bem público, mas sim os poderes públicos! As oligarquias dos municípios do interior da Província, nunca fizeram benefícios ao povo; só arrecadaram os impostos dos adversários... perdoando os dos correligionários! As administrações na quase maioria, constituíram apenas em pintar a fachada da Prefeitura, macadamizar a estrada que passa defronte a esse edifício, pagar o prefeito e funcionários e dar os votos de 4 em 4 anos ao governo estadual! E só! Isto aborreceu o povo: e daí a força, com que se apresentou o Integralismo desta vez (A RAZÃO, 20 set. 1935: 2).

Entre os diversos contrassensos, apontados como motivos para os resultados da AIB (como a rebeldia do povo em relação ao “chicote despótico” do Governo), o trecho citado acima contém algo de verosímil: o relativo abandono de algumas regiões pelos poderes públicos. Essa pode ser uma variável a se considerar para entendermos a adesão e a votação que a AIB recebeu no interior.

Em Rio Negro, como se esperava, os camisas-verdes fizeram metade da Câmara Municipal (4 vereadores). O PSD teve 790 votos, contra 650 da Ação Integralista. Segundo Eugênio La Maison, chefe local da AIB, o Integralismo havia sido derrotado no computo geral porque sofreu “coação policial”, perdendo o “direito [de] realizar comícios públicos, caravanas e propaganda” (A RAZÃO, 17 set. 1935: 1). De qualquer forma, a derrota foi entendida como ‘vitória’ pela Chefia Provincial da AIB que, enviou telegrama ao Chefe Municipal de Rio Negro: “[O] resultado ahi, elegendo metade [da] camara representa victoria esplendida [no] momento, dadas [as] circunstancias [que] rodearam [o] pleito” (A RAZÃO, 17 set. 1935: 1)¹². Além da repressão, Rio Negro foi uma das poucas cidades em que o Governo (PSD) conseguiu compor um bloco com os outros partidos, no intuito de vencer os camisas-verdes.

Também em Ponta Grossa e Imbituva, 50% das cadeiras da Câmara foram conquistadas pela AIB (4 e 6 vereadores, respectivamente). O resultado final em Ponta Grossa, por partido apresentou o PSD com 1452 votos e a AIB, com 1117; elegeram-se Olympio de Paula Xavier, Antônio Dechandt, Albino Wiechetck e Adelino Machado de Oliveira (ZIENTECK, 2055: 35).

Na Lapa, os primeiros resultados apresentaram o PSD com 730 votos e a AIB com 543 (A RAZÃO, 20 set. 1935: 1). No final, os números “ultrapassaram as expectativas” até mesmo dos camisas-verdes otimistas (PSD: 1286; AIB: 840), com a eleição de 3 vereadores

¹² Todos os Juizes de Paz posteriormente eleitos, na cidade e nos distritos, eram filiados à AIB (A OFFENSIVA, 4 jan. 1936: 8).

– de acordo com o A Offensiva, metade dos vereadores da cidade (A OFFENSIVA, 16 nov. 1935: 10). O núcleo da Lapa era um dos mais jovens da Província e possuía pouco mais de 300 membros, o que fez o A Offensiva exultar pela constatação de que “as sympathias pelo Integralismo se multiplicaram [...] rapidamente!” (A OFFENSIVA, 5 out. 1935: 9).

Em Jacarezinho, 2 integralistas foram eleitos vereadores, com 219 votos: Pericles Pereira e Joaquim de Almeida Filho. Os municípios de Paranaguá e São Matheus elegeram 1 vereador integralista cada, com 246 e 98 votos para AIB, respectivamente (A RAZÃO, 7 out. 1935: 4)¹³. No primeiro, foi eleito o advogado catarinense Genaro Regis Pereira da Costa, no segundo, Olavo Albano Meister.

Teixeira Soares elegeu João Molinari Sobrinho como Prefeito Municipal, primeiro prefeito integralista do país, o que rendeu à cidade o título de “Cidade Integralista”¹⁴, em outubro de 1935; o resultado apresentou 253 votos da AIB, contra 197 votos do PSD. O prefeito eleito de Teixeira Soares descendia de uma tradicional família local (seu pai já havia ocupado o cargo), proprietária de grandes fazendas de erva-mate e madeira, onde trabalhava parte considerável dos habitantes da cidade (OLIVEIRA; MONTEIRO, 2011)¹⁵. João Molinari Sobrinho, era por assim dizer, um daqueles ‘coronéis de novo tipo’, que converso à AIB pôde usar todo o seu capital social e político para trazer a prefeitura aos camisas-verdes:

A especificidade de Teixeira Soares é a aproximação dos seguidores de Plínio Salgado com os setores mais reacionários da política local, e posteriormente a AIB nessa conjuntura se tornou um instrumento político de rearticulação dos grupos desprestigiados após a Revolução de 1930. Além de abrigar as classes médias urbanas, o movimento se estendeu a outros grupos, como os fazendeiros e produtores agrícolas que haviam perdido seu prestígio político com a revolução de 30, ou seja, aos indivíduos ligados às práticas coronelísticas no espaço municipal (OLIVEIRA; MONTEIRO, 2011: 10).¹⁶

A despeito disso, possivelmente o fato que mais influenciou nesse resultado foi o prestigiado governo municipal exercido anteriormente pelo pai de João Sobrinho, Domingos Molinari, entre 1928 e 1930. A conjunção desses elementos talvez indique um caminho

13 Não há informações sobre os votos do PSD, PSN e URP.

14 Título honorífico destinado a “cidades que mais se salientarem na campanha do integralismo”, conferido pelo Chefe Nacional “adotando o critério que julgar melhor” (MONITOR INTEGRALISTA, mai., 1934).

15 Todos os líderes integralistas de Teixeira Soares provinham de famílias tradicionais, católicas e integrantes da elite local, “com participação e representação política desde a emancipação da cidade em 1917” (OLIVEIRA; MONTEIRO, 2011: 11).

16 Molinari tomou posse em fevereiro de 1936. Desenvolveu um governo austero nas finanças municipais e implantou um “Código de Conduta”, um amontoado de regras morais e padronizadoras da fachada urbana e do comportamento dos munícipes.

para entendermos o resultado das eleições na cidade. O fato fica mais nítido se pensarmos que o núcleo local não tinha um número considerável de camisas-verdes, que chegasse a constituir uma ameaça eleitoral.

Há indícios em outros locais de que certas votações expressivas da AIB tinham relação com essa mesma 'investida' do partido em direção à política tradicional, no intuito de se aproveitar de algum capital político anterior. O jornal *Correio do Paraná*, quando do início das divulgações de resultados do pleito, descreveu a derrota integralista na Lapa, que só não foi maior, "[...] pelo facto de [ter] se socorrido [a AIB] ao prestígio de alguns chefes políticos locais, demonstrando, portanto, estar a ideologia verde desta cidade, aliando-se aos políticos, ficando, assim, em desacordo com o que anunciam e proclamam constantemente" (CORREIO DO PARANÁ, 20 set. 1935: 4).

Observemos a tabela abaixo, na tentativa de consolidarmos os dados eleitorais municipais de 1935, extremamente lacunares:

Tabela 3: Resultados da AIB nas eleições municipais de 1935

Cidade	Votos AIB	Votos PSD	Votos PSN	Nº de vereadores eleitos pela AIB
Curitiba	2190	4412	1620	3
Rio Negro	650	790	?	4
Ponta Grossa	1117	1452	?	4
Imbituva	?	?	?	6
Lapa	480	1286	?	3
Jacarezinho	219	?	?	2
Paranaguá	246	?	?	1
São Matheus	98	?	?	1
Teixeira Soares	253	197	?	?
Rebouças	?	?	?	?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Grosso modo, nas urnas, o Movimento integralista paranaense deu passos consideráveis rumo ao poder local, se levarmos em conta que se tratava de um partido iniciante na corrida. Além da prefeitura de Teixeira Soares, primeira cidade do Brasil a ter um prefeito Integralista, metade das Câmaras municipais de cidades importantes, como Ponta Grossa e Rio Negro, vestiu a camisa verde na legislatura de 1936. Mais importante

que isso, no computo geral das maiores cidades, a AIB despontou como a segunda força política do Paraná, atrás somente do partido governista, o PSD (Partido Social Democrático) do governador Manoel Ribas – lembrando que, no ano anterior, os camisas-verdes estavam em penúltimo lugar na corrida eleitoral. O partido ultrapassou, em boa parte dessas municipalidades, o PSN, partido de oposição, nacionalista e antigetulista do Estado. Aliás, é bem provável que o potencial de enfrentamento da AIB estadual ao *status quo* não tenha sido maior, justamente em virtude da participação desta outra oposição, que contava com figuras militares proeminentes no Paraná.

O ano de 1935 é também o ano dos primeiros entchoques entre os camisas-verdes e os poderes instituídos em nível municipal e estadual, demonstrativos da força que AIB passou a representar no Paraná. O cerceamento do movimento foi, de fato, intensificado após as eleições, muito embora as escaramuças de 1935 não significassem, ainda, confronto aberto. Representaram antes, sintomas do incômodo dos poderes locais com o crescimento repentino do Integralismo, antecâmara da proscrição que viria no ano seguinte: a Ação Integralista Brasileira passou quase todo o ano de 1936 na ilegalidade no Paraná, sob ordens diretas do Governador Manoel Ribas.

BIBLIOGRAFIA

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento*. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

ATHAIDES, Rafael; PEREIRA, Márcio José. Manoel Ribas (1873-1946) - O Interventor do Paraná; Manoel Ribas (1873-1946) In: Ângelo Priori; Peter Johann Mainka. (Org.). *Rolândia no Norte do Paraná: contribuições para a história da sua fundação*. Maringá: Editora UEM/PGH/História, 2017.

CARONE, Edgar. *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

DOTTA, Renato A. Apontamentos para uma história da Ação Integralista Brasileira em São Paulo (1932-1938). In: *Anais IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo / III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo*. Juiz de Fora: LAHPS Publicações, 2010.

OLIVEIRA, Luiz Gustavo. MONTEIRO, Claudia. Práticas Coronelísticas e Integralismo no Município de Teixeira Soares – PR (1930 – 1937). In: *Anais da VII Semana de História – Religiões e Etnias: dimensões simbólicas e sociabilidade - Seminário de Estudos Étnicoraciais*. Irati-PR: UNICENTRO, 2011.

TOURINHO, Luiz Carlos Pereira. *Toiro Passante IV – Tempo de República Getuliana*. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1991.

ZANELATTO, João Henrique. *Região, Etnicidade e Política: O Integralismo e as lutas pelo poder político no Sul Catarinense na década de 1930*. 373 p. Tese de Doutorado (Doutorado

em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

ZIENTECK, Luiz Carlos. *Práticas Integralistas na Câmara Municipal de Ponta Grossa (1936-1937)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História). 53 p. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2005.

FONTES

A RAZÃO, números 1 a 27, Curitiba, maio a novembro de 1935 – Espaço Delfos de Documentação e Memória Cultural, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande de Sul, Porto Alegre/RS (fotografia digital).

ANAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Curitiba: Emp. Gráfica Paranaense, 1937.

A OFFENSIVA, números 1 a 748, Rio de Janeiro, 1934-1938 – Complexo de Centrais de Apoio à Pesquisa/Central de Documentação – Universidade Estadual de Maringá, Maringá/PR (fotografia digital).

BOLETIM ELEITORAL, Janeiro-Abril, 1935, – Tribunal Superior Eleitoral, Brasília/DF.

CORREIO DO PARANÁ, 20 set. 1935. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

JORNAL DO BRASIL, 5 out. 1935. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

MONITOR INTEGRALISTA, números 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, São Paulo/Rio de Janeiro, 1933-1937 – Fundo Plínio Salgado, Arquivo Público Municipal de Rio Claro, Rio Claro/SP (fotografia digital).

Recebido em 31/03/2022

Aprovado em 26/05/2022